

PONTOS DE CULTURA “SEM FRONTEIRAS”: EPISTEMOLOGIA DE FRONTEIRA E O INTERNACIONALISMO DA CULTURA VIVA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

José Maria Reis e Souza Junior (Zehma)⁴³

*Argonautas Ambientalistas da Amazônia
Rede Ajuricaba. Rede Paraense de Pontos de Cultura
Brasil*

Resumo

• • •

O programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura, são uma política pública recente na história brasileira. Foram criados em 2004 pelo Ministério da Cultura do Brasil, inaugurando uma forma de fazer política pública cultural no país, uma natureza nova na relação Estado-sociedade. Sua filosofia era a de dar condições a grupos e movimentos socioculturais já existentes, com ações concretas e em curso, para que continuassem seu trabalho com autonomia, protagonismo e envolvimento social em suas localidades.

O artigo busca apresentar e discutir o caráter e as práticas internacionalistas dos Pontos de Cultura do Brasil, caracterizando-os na perspectiva do “border thinking” (epistemologia ou pensamento

⁴³ Bacharel em Turismo (UFPA), mestre em Geografia (PPGEO/IFCH/UFPA) e doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA), com período sanduinche na Universidade de Santiago de Chile (USACH). Professor colaborador do Curso de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM/NAEA/UFPA). Integrou a coordenação do Pontão de Cultura Rede Amazônica de Protagonismo Juvenil. Coordena a Rede Ajuricaba – Rede Paraense de Pontos de Cultura. Membro da Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC). Prêmio Tuxaua 2010 MinC/Brasil, Prêmio Economia Criativa 2012 MinC/Brasil e Prêmio Cultura de Redes 2015 MinC/Brasil. zehma@hotmail.com .

de fronteira), conceito preconizado por Grosfoguel (2008) e Mignolo (2000). Segundo o autor, foi o sentido de rede que fez com que o ideário de Cultura Viva e Comunitária e seus Pontos de Cultura se espalhassem pelo mundo.

A primeira iniciativa de discutir o caráter de solidariedade internacional dos Pontos de Cultura se deu em Belém do Pará, no âmbito do Fórum Social Mundial Amazônia 2009. Neste mesmo ano, foi criada em Brasília a Articulação Latino-americana Cultura e Política – ALACP, que dentre outras articulações encaminhou e aprovou no Parlamento do Mercosul – Parlasul um projeto de lei recomendando a seus países signatários a criação de programas e políticas de Cultura Viva e Comunitária em seus territórios.

Resumen

• • •

El programa Cultura Viva y su principal acción, los Puntos de Cultura, son una política pública reciente en la historia brasileña. Fueron creados en 2004 por el Ministerio de Cultura de Brasil, inaugurando una nueva forma de hacer política pública cultural en el país, una nueva naturaleza en la relación Estado-sociedad. Su filosofía era la de dar condiciones a grupos y movimientos socioculturales ya existentes, con acciones concretas y en curso, para que continuaran su trabajo con autonomía, protagonismo y involucramiento social en sus localidades.

El artículo busca presentar y discutir el carácter y las prácticas internacionalistas de los Puntos de Cultura de Brasil, caracterizándolos en la perspectiva del “border thinking” (epistemología o pensamiento de frontera), concepto preconizado por Grosfoguel

(2008) y Mignolo (2000). Según el autor, el sentido de red hizo que el ideario de Cultura Viva Comunitaria y sus Puntos de Cultura se propagara por el mundo.

La primera iniciativa de discutir el carácter de solidaridad internacional de los Puntos de Cultura se dio en Belém (Pará), en el ámbito del Foro Social Mundial Amazonía 2009. En este mismo año se creó en Brasilia la Articulación Latinoamericana Cultura y Política – ALACP, que entre otras articulaciones encaminó y aprobó en el Parlamento del Mercosur – Parlasur un proyecto de ley que recomendaba a sus países signatarios la creación de programas y políticas de Cultura Viva Comunitaria en sus territorios.

1. Introdução

• • •

O programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura, são uma política pública recente de nossa história. Foram criados em 2004 pelo Ministério da Cultura do Brasil, por meio da então Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC (atual Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC), sob a coordenação do ex-secretário Célio Turino, que aprimorou e expandiu para uma escala nacional uma experiência que desenvolveu quando secretário de Cultura e Lazer de Campinas: os Casarões Culturais.

Sua filosofia era a de dar condições a grupos e movimentos socioculturais já existentes, com ações concretas e em curso, para que continuassem seu trabalho com autonomia, protagonismo e envolvimento social em suas localidades. É uma forma de “tocar”, “impulsionar” ações socioculturais e socio-educativas, incentivando-as a prosseguir com suas

atividades, sem interferir em sua forma e conteúdo, algo inspirado pelo chamado “Do-in antropológico” do então ministro da Cultura, Gilberto Gil. Com isso, inaugura-se uma nova forma de fazer política pública cultural no Brasil, uma natureza nova na relação Estado-sociedade.

Hoje, temos aproximadamente 4.500 Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura no país, sob as mais diversas formas e linguagens artísticas e áreas temáticas, de Pontos de Cultura digitais a Pontos de Cultura indígenas e quilombolas, de Pontos de Cultura de paz a Pontos de Cultura de saúde, de economia solidária e em entidades ambientalistas, temos Pontões de Cultura que articulam redes de jovens na Amazônia e ações como Ação Griô Nacional, que fomenta a preservação e valorização dos conhecimentos ancestrais e tradicionais de nosso mestres e mestras de cultura.

Tornou-se óbvia a necessidade de permanência desta política pública, tornando-a uma lei que garantisse recursos financeiros no Orçamento Geral da União – OGU, e que também criasse um novo marco legal para institucionalizar essa nova forma de relação entre Estado e sociedade civil organizada. Essa é a Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), sancionada em 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, uma reinvocação histórica do movimento nacional de Pontos de Cultura.

Dessa forma, Ponto de Cultura é uma potência de transformação social promovida por instituições e pessoas, que colocam a cultura no centro de suas atenções, é uma ação cultural para mudar a realidade de suas localidades, que já existiam quando o governo federal criou o Programa Cultura Viva.

Contudo, não demorou para se perceber o caráter internacionalista de tais práticas e ideais criativos, identitários e solidários. Assim, a “filosofia de Cultura Viva e Comunitária” se espalhou pelo mundo, por meio de eventos internacionais, do intercâmbio de práticas socioeducativas e socioculturais realizadas por Pontos e Pontões de Cultura com outras instituições e coletivos culturais fora do Brasil, assim como por acordos e tratados de cooperação internacional.

O presente artigo busca apresentar e discutir o caráter e as práticas internacionalistas dos Pontos de Cultura do Brasil, caracterizando-os na perspectiva do “border thinking” (epistemologia ou pensamento de fronteira), conceito preconizado por Grosfoguel (2008) e Mignolo (2000).

Para tanto, iniciamos situando a Política Nacional Cultura Viva na Política Nacional de Cultura, contextualizando-a e demarcando seu papel e espaço (isso é importante para que se compreenda o contexto sociopolítico e sociocultural em que surge) para, em seguida, fazermos a discussão sobre o caráter internacionalista da Política Cultura Viva e seus Pontos de Cultura.

2. O Programa Cultura Viva no âmbito da Política Nacional de Cultura

• • •

O Brasil tem uma historiografia muito rica e heterogênea sobre políticas públicas setoriais de cultura. A partir de Rubim (2010), Miranda; Rocha; Egler (2014) e Silva; Abreu (2011), podemos demonstrar, sucintamente, a gênese e a trajetória da política cultural no Brasil, com os seguintes períodos:

1. Da chegada da Corte portuguesa, em 1888, ao início da década de 1960: visão bastante patrimonialista de cultura, quando foram criadas as primeiras instituições culturais do país, quase todas de orientação museológica, tais como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes. Posteriormente, com o transcorrer da Revolução de 30, o ideário de cultura pregado pelo Estado brasileiro de Vargas era para a construção de uma identidade nacional;
2. Do golpe militar, em 1964, à abertura política, em 1990: período marcado pelo sentido de controle político e censura cultural; toda produção artístico-cultural passava pelos instrumentos de censura antes de serem veiculadas. O patulhamento ideológico era forte. Em 1985 é criado o Ministério da Cultura, mas, sem dúvida, o referencial desse período é a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988;
3. De 1990 a 2002, com os projetos neoliberais para a cultura: a partir dos anos de 1990, acirram-se no Brasil as políticas neoliberais, e com a cultura não seria diferente. O papel do Estado diminui e implementam-se incentivos fiscais com o intuito de promover um financiamento privado da cultura e da arte;
4. De 2003 a 2010, com a construção e estruturação do Sistema Nacional de Cultura – SNC: o início do governo Lula marca uma abertura de diálogo com sociedade e a admissão de um conceito antropológico, econômico e simbólico de cultura. O programa Cultura Viva foi criado nesse período. Marcos são as gestões dos ministros

Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) à frente do MinC.

A história da política cultural brasileira complementa-se a partir de 2011, com a eleição da presidente Dilma Rousseff, tido como um período de continuidade, avanços e contradições (BARBALHO, 2014), e por ser um período recente, ainda carece de estudos mais aprofundados.

Esse é um período estratégico e relevante, por ser o momento de efetivação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, por meio da aprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional n° 71/2012⁴⁴.

A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do artigo 216-A, que define;

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (E.C. n. 17/2012).

O Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura surgem em 2004⁴⁵ nesse contexto de expansão e usufruto dos direitos culturais assegurados pela “Constituição Cultural” (FILHO, 2011), e implementados por este MinC, por meio de uma Política Nacional de Cultura, que tem como missão garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais.

⁴⁴ Originária da PEC n. 416/2005 de autoria do deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS). No Senado, passou a ser a PEC n. 34/2012.

⁴⁵ O Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria 156, de 6 julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 7 de julho de 2004.

Segundo a Portaria nº 118 do Ministério da Cultura, de 30 de dezembro de 2013, o Programa Cultura Viva – PCV insere-se no Sistema Nacional de Cultura definindo que “as Redes de Pontos e Pontões de Cultura integram a Rede Cultura Viva, sendo reconhecidas no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC como unidades culturais de base comunitária, voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas regionais ou setoriais de cultura”. Dessa forma, os Pontos e Pontões de Cultura, e todas as demais ações do Programa Cultura Viva, são reconhecidos como a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura – SNC.

Política esta que tem seu próprio “microcosmo político” composto de alguns elementos fundamentais, tais como os Pontos e Pontões de Cultura (ações fundamentais e prioritárias do PCV), os Pontos de Rede (parcerias estabelecidas entre o governo federal e os entes federados, estados, municípios, ou consórcios para o estabelecimento de redes territoriais, por meio da assinatura de protocolos. Parceria prevista a partir da adesão do(s) ente(s) federado(s) ao SNC, as Redes Temáticas e Identitárias (formadas por Pontos e Pontões de Cultura, grupos, coletivos, instituições e outros agrupamentos que se articulam para atuar em um segmento ou tema específico. Exemplos: Rede de Pontos de Cultura Indígena, Rede de Cultura e Saúde, Brasil Memória em Rede, Rede Afroambiental, etc.), e as Teias (encontros dos Pontos e Pontões de Cultura e das comunidades participantes para promover uma mostra ampla e diversificada da produção cultural dos Pontos, debater a cultura brasileira e suas expressões territoriais e identitárias, propor estratégias de políticas públicas culturais e analisar e avaliar o programa).

3. O caráter internacionalista e de resistência da Cultura Viva e Comunitária

• • •

O Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva foi criado com o intuito de valorizar o protagonismo sociocultural e fomentar as manifestações culturais de grupos e comunidades, permitindo também, por meio do acesso às ferramentas, técnicas e tecnologias sociais e digitais, sua difusão e fruição cultural.

O Programa Cultura Viva assim foi conceituado, na sua criação pelo Ministério da Cultura, quando ainda se chamava Programa de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva⁴⁶:

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), tem por objetivo incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Com isso a missão de “des-esconder” o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo”, em 2004, a então Secretaria de Programas e Projetos Culturais (atualmente de Secretaria de Cidadania Cultural) do MinC iniciou a implantação dos Pontos de Cultura, que são a expressão de uma parceria firmada entre Estado e sociedade civil. Por meio de edital público, os Pontos recebem recursos do governo federal para, assim, terem condições de potencializar seus trabalhos, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros. Além dos Pontos de Cultura, o programa Cultura Viva é integrado por um conjunto de ações: Cultura

⁴⁶ A Portaria n. 118, de dezembro de 2013, do MinC reformula o programa Cultura Viva, que dentre outras alterações, a partir de então, denomina-se Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva.

Digital, Criô, Escola Viva e, mais recentemente, Cultura e Saúde. (IPEA, 2010. pags.39-40)

Partindo do conceito básico apresentado acima, depreendem-se sentidos de integração, conexão, diversidade, identidade, compartilhamento, que a nosso ver aludem (mesmo que naquele momento, ainda sutilmente) à concepção de redes.

Sobre as concepções de redes, o geógrafo Milton Santos exprime:

As definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra onde é também levado em conta o dado social (SANTOS, 2006, p. 176).

Atualmente, a Rede Cultura Viva⁴⁷ é uma realidade, consiste em um ambiente de interlocução interinstitucional e de estratégia política protagonizado pelos Pontos e Pontões de Cultura, pelo MinC, por gestores públicos dos entes federados, e por todas as instituições, entidades, grupos formais e informais e agentes culturais que são beneficiários desta política pública.

E foi este sentido de rede (hoje explícito, mas no início nem tanto) que fez com que o ideário de Cultura Viva e Comunitária e seus Pontos de Cultura se espalhassem pelo mundo.

⁴⁷ No dia 01/09/2015, acompanhamos o debate virtual que a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura – SCDC/MinC promoveu para apresentar e discutir a proposta de plataforma digital para a Rede Cultura Viva, conforme anunciado em www.cultura.gov.br. A Rede Cultura Viva foi lançada oficialmente em 5/10/2015, em evento em Brasília, conforme convite que recebemos, e que infelizmente não pudemos participar por questões de agenda.

A primeira iniciativa de discutir o caráter de solidariedade internacional dos Pontos de Cultura (não por coincidência) se deu em Belém do Pará, no âmbito do Fórum Social Mundial Amazônia 2009 – FSM Amazônia 2009. Neste reconhecido ambiente de debate e construção política emancipatória, dezenas de atividades foram realizadas por ou em parceria com Pontos e Pontões de Cultura e o Ministério da Cultura.

Uma mesa de debates foi determinante para que o internacionalismo solidário dos Pontos de Cultura fosse colocado em voga. Foi realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, com o tema “Pontos de Cultura: Políticas Públicas e Cidadania Cultural”, e dela fizeram parte Célio Turino (Ministério da Cultura – Brasil), Hamilton Faria (Instituto Polis – Brasil), Inés Sanguinetti (Crear Vale la Pena – Argentina) e Eduardo Balán (El Culebrón Timbal/Red Pueblo Hace Cultura – Argentina).

Ainda neste ano (2009) foi criada em Brasília a Articulação Latino-americana Cultura e Política – ALACP, que dentre outras articulações encaminhou e aprovou no Parlamento do Mercosul – Parlasul um projeto de lei recomendando a seus países signatários a criação de programas e políticas de Cultura Viva e Comunitária em seus territórios. Assim, países como Peru, Costa Rica e Guatemala, e cidades como Buenos Aires (Argentina) e Medellín (Colômbia) criaram suas próprias políticas de Cultura Viva e Comunitária e seus “Puntos de Cultura”.

A propósito, nessa última cidade, Medellín, aconteceu em 2010 a “Plataforma Puente de Cultura Viva e Comunitária”, encontro que reuniu representantes de mais de 100 entidades socioculturais e comunitárias

para discutir e construir estratégias compartilhadas de expansão dessa filosofia pela América Latina, sendo esta a primeira iniciativa organizada pelos movimentos socioculturais com este objetivo.

Porém, anterior a isso, em março de 2010, foi realizada em Fortaleza (Ceará) a Teia Brasil 2010 – Tambores Digitais, que contou com a participação de diversos estrangeiros como convidados. Na reunião do GT Amazônico, por exemplo, discutiu-se pela primeira vez (com a participação de brasileiros, colombianos, bolivianos, etc) estratégias de ações integradas entre Pontos de Cultura e movimentos socioculturais da pan-amazônia. A Teia Brasil 2010, em si, já foi um ambiente rico e frutífero de intercâmbio intercultural entre pessoas de muitas nacionalidades.

Nesta Teia foi lançado o “Pontos de Contato”, ação do MinC que promoveu o intercâmbio sociocultural e estético entre membros de Pontos de Cultura do Brasil e artistas e produtores culturais de países da Europa. Ponteiros e ponteiros iam daqui para uma organização cultural de um país do exterior fazer residência artística e social, enquanto pessoas vinham de lá para Pontos de Cultura do Brasil. Ambos os residentes participavam de vivências estéticas e sociais, conhecendo a realidade do local que os acolheram, e contando e demonstrando um pouco do trabalho de sua organização. Experiência rica que participamos e que precisa ser resgatada.

Depois desse período, diversas iniciativas e articulações foram implementadas, e por sua relevância nesse contexto, optamos por destacar o I Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária. Este teve como objetivo fortalecer-se, de forma

política e institucional, bem como consolidar a articulação latino-americana em torno do ideário da Cultura Viva Comunitária. Foram centenas de participantes credenciados a partir de coletivos e redes socioculturais de diversas linguagens e áreas temáticas, além de caravanas, gestores públicos, e também chefes de Estado e secretários de Cultura. Eles participaram de conferências, rodas de debates, feiras, oficinas, intercâmbios, e cortejos e mobilizações de rua que aglutinaram cerca de 10 mil pessoas.

Foram seis dias de debates e articulação política na capital da Bolívia, La Paz, em que dentre diversos encaminhamentos se criou o Conselho Latino-Americano Cultura Viva Comunitária, com integrantes da Argentina, Costa Rica, Guatemala, Peru, Bolívia, Equador, Chile, Uruguai, Colômbia, El Salvador e Brasil. Este conselho tem por finalidade sensibilizar os gestores públicos em seus países para a importância da cultura viva e comunitária, sua força transformadora, assim como pensar e implementar estratégias compartilhadas de difusão pela América Latina.

Outro encaminhamento foi o lançamento da campanha 1% da Cultura!, que visa sensibilizar os governos e políticos a destinarem 1% de seus orçamentos para a cultura, e 0,1% especificamente para a Cultura Viva Comunitária. Estivemos presentes representando, junto a uma delegação, os Pontos de Cultura do Brasil e a Comissão Nacional de Pontos de Cultura – CNPdC.

Mais recentemente, em 2015, em San Salvador, capital de El Salvador, aconteceu o II Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária, com o tema “Convivência para o Bem Comum”. Teve, dentre

suas finalidades, avançar no cumprimento dos acordos multissetoriais estabelecidos no I Congresso e no IberCultura Viva⁴⁸, assim como fortalecer os processos de Cultura Viva Comunitária na América Latina e no Caribe, buscando conscientizar os gestores públicos e governantes para políticas públicas que difundam este ideário por todo continente.

Esse percurso demonstra um movimento sociocultural em plena propulsão (ou em “pulsção”, como disse Gilberto Gil, então ministro da Cultura quando da criação do programa) que, percebe-se, encontra semelhanças com outros movimentos decoloniais, anti-imperialistas e contra o eurocentrismo (GROSFOGUEL, 2008; MIGNOLO, 2000; e QUIRANO, 2014) ao redor do mundo.

Movimentos de oposição ao que Grosfoguel (2008) chamou de “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno”, como um constructo sistêmico que extrapola ao entendimento dos estudos pós-coloniais que conceitualizam o sistema capitalista como formado essencialmente pela cultura, ou como os estudos de economia política que o reduzem às relações econômicas como sendo seu determinante.

⁴⁸ O IberCultura Viva é uma iniciativa intergovernamental que visa incentivar a criação e o desenvolvimento de redes de cultura viva e comunitária na região ibero-americana. Os países participantes são: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Espanha, México, Paraguai, Peru, e Uruguai. Dentre suas ações estratégicas estão o fomento à rede ibero-americana de Pontos de Cultura, a capacitação de gestores públicos para atuarem com políticas culturais de base comunitária; o incentivo a criação de legislações e políticas, especificamente, de cultura viva comunitária nos países membros, e à circulação de bens e conteúdos culturais. Foi lançado em abril de 2014, durante o VI Congresso Ibero-americano de Cultura, em San José, na Costa Rica, e já em 2015 premiou, por meio do edital “IberCultura Viva de Intercâmbio” as primeiras 14 experiências. Coordenamos uma das experiências reconhecidas pelo IberCultura Viva, a Rede Ajuricaba – Rede Paraense de Pontos de Cultura, em <http://iberculturviva.org/portfolio/zehma-e-a-rede-ajuricaba-a-rede-de-resistencia-dos-pontos-de-cultura-do-para/>

Um sistema mais complexo que impõe hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais, ou como Quirano (2014) conceituou, uma “heterarquia”, uma amálgama de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de dominação e poder político, econômico, sexual, espiritual, lingüístico, racial e epistêmico. O que Grosfoguel (2008) chamou de “matriz de poder colonial”, um princípio organizador que envolve o exercício da exploração e da dominação em múltiplas dimensões da vida social, desde a política, econômica e institucional, até as relações de gênero, raça, familiares e de conhecimento. O paradigma marxista de infraestrutura e superestrutura, somente, não mais dão conta da realidade, assim como os estudos pós-coloniais culturalistas, individualmente, não explicam a realidade contemporânea.

A essa superação ao reducionismo e a quebra dos paradigmas da modernidade (ou da pós-modernidade, como queiram), que compartimenta as formas de compreensão, conhecimento e produção da vida real, que instaura uma “colonização do poder”, Dussel (2001) apud Grosfoguel (2008) conceitua como “Transmodernidade”. A Transmodernidade “é o projeto utópico da filosofia da Libertação, proposto para transcender a versão eurocêntrica da modernidade” (GROSFOGUEL, 2008.pg. 25).

Para Dussel, a filosofia da libertação só pode surgir se os pensadores críticos de cada cultura entrarem em diálogo com outras culturas. Uma das ilações é que as diferentes formas de democracia, os direitos civis e a emancipação das mulheres só podem surgir das respostas criativas de epistemologias locais subalternas. Assim, por exemplo, as mulheres ocidentais não

podem impor a sua noção de emancipação às mulheres islâmicas. Os homens ocidentais não podem impor a sua noção de democracia a povos não ocidentais. Isto não é um apelo a uma solução fundamentalista ou nacionalista para a persistência da colonialidade ou para um particularismo de incidência local e isolada. É um apelo ao pensamento crítico de fronteira, como estratégia ou mecanismo conducente a um “mundo transmoderno” decolonizado enquanto projeto universal que nos leve além do eurocentrismo e do fundamentalismo. (GROSSFOGUEL, 2008.pg. 26, tradução nossa).

Importante frisar que o sentido que Dussel dá a “subalterno” não é pejorativo, e sim para especificar aqueles que estão à margem do sistema-mundo/capitalista/eurocêntrico, mas que, contudo, estão na resistência ao poder colonial e imperialista, estão na front de combate à pasteurização da vida real imposta pela modernidade. São comunidades chicanas na fronteira do México com os Estados Unidos que lutam contra o assédio do tráfico de drogas, armas e pessoas. São jovens que se organizam em associações e redes de economia solidária na periferia de São Paulo. São as mulheres curdas, que combatem a opressão ditatorial. São populações tradicionais de terreiro na periferia de Belém do Pará, que constantemente precisam fazer frente ao racismo, à intolerância religiosa, à homofobia e ao machismo, tudo ao mesmo tempo; e são comunidades indígenas nos Andes bolivianos, que se organizam e promovem autogestão.

Um bom exemplo disso mesmo é a luta zapatista no México. Os zapatistas não são fundamentalistas antimodernos, não rejeitam a democracia nem se remetem a uma espécie de fundamentalismo indígena. Pelo contrário, os zapatistas aceitam a noção de democracia, mas redefinem-na partindo da prática e da cosmologia indígena local, conceptualizando-a de acordo

com a máxima "comandar obedecendo" ou "todos diferentes, todos iguais". O que parece ser um slogan paradoxal é, na verdade, uma redefinição crítica decolonial da democracia, recorrendo às práticas, cosmologias e epistemologias do subalterno. Isto leva-nos à questão de como transcender o monólogo imperial estabelecido pela modernidade europeia-eurocêntrica. (GROSGOUEL, 2008.pg. 29, tradução nossa).

Trata-se, assim, de decolonizar o modelo de pensamento e democracia liberal euro-americana vigente, de experimentar formas novas de participação e ação civil pública, muitas vezes baseadas ou influenciadas em experiências de democracia e cosmovisões indígenas, africanas, e/ou islâmicas, com centenas (algumas, milhares) de anos de tradição, que ao longo do curso do projeto colonizador, foram simplesmente ignorados.

4. Pontos de Cultura “sem Fronteiras” e o ideário de Cultura Viva Comunitária

...

Diante do exposto, percebe-se que os Pontos e Pontões de Cultura e seu ideário de Cultura Viva Comunitária, em um movimento pleno de internacionalização de suas práticas e filosofia, tem muito a ver com esses movimentos e mobilizações coletivas da contemporaneidade, que fogem às formas convencionais de articulação e organização política, que fundamentam suas trocas materiais e simbólicas em base solidárias, associativas e anti-imperialistas.

São Pontos e Pontões de Cultura que fazem oficinas de audiovisual em tribos indígenas do Cerrado, ensinando e aprendendo a editar vídeos a partir de uma estética e visão de mundo indígena, que trocam saberes de *hackers* da cultura digital com mestres

carpinteiros da Amazônia, guardiões de uma cultura milenar de talhar embarcações, que promovem palestras de parteiras para alunos de medicina e obstetrícia no Sul do país, que realizam batalhas de *b-boys* na periferia de São de Paulo, e que fazem teatro de rua no centro do Rio de Janeiro.

Essas são formas de incidência e atuação sociocultural, socioeducativa e sociopolítica com fortes características transformadoras, emancipatórias e decoloniais, que guardam similitudes com o conceito de pensamento ou epistemologia de fronteira preconizado pelo sociólogo porto-riquenho Ramon Grosfoguel, que, por sua vez, inspirou-se em outros pensadores latinos, como o argentino Walter Dignolo, e os chicanos Gloria Anzaldúa e José David Saldívar.

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistémica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Em vez de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/ redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação decolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna decolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica. (GROSGOQUEL, 2008, pg. 29, tradução nossa).

Tal conceito aponta (sem trocadilhos) para uma razão pós-ocidental, para a crise do ocidentalismo e

à emergência do pensamento crítico de fronteira (MIGNOLO, 2000)

A mesma razão pós-ocidental que percebemos em movimentos e coletivos que se organizam em redes solidárias, associativas e anti-imperialistas vistos em todo o mundo, e inspirados na chamada “Primavera árabe”. Vistos na Europa (Espanha, Itália, França, Grécia, Portugal, etc.), no Oriente Médio e no norte da África (Turquia, Tunísia, Egito, Argélia, Iraque, Djibuti, Mauritânia, Marrocos), na Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental, em países do Golfo Pérsico (Omã, Iêmen, Bahrein e Kuwait) e nas Américas (Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Uruguai e Brasil), lutando e protestando, nas ruas e nas redes, contra governos autoritários, ditatoriais e/ou corruptos, por mais direitos e cidadania e contra os efeitos coercitivos e restritivos de qualidade de vida das políticas neoliberais. (BIJOS; SILVA, 2013).

Dessa forma, Pontos de Cultura “sem Fronteiras” (assim, entre aspas), a nosso ver, são o reflexo dos sentidos de autonomia, protagonismo e empoderamento social que estão na essência de seus conceitos e práticas, essência esta que intenta projetos de solidariedade, generosidade, afeto, sabedoria, cidadania e transformação social, na busca de outros mundo possíveis. Pontos de Cultura “sem Fronteiras” são o percurso do ideário de Cultura Viva Comunitária pelo globo terrestre. Pontos de Cultura “sem Fronteiras”, uni-vos.

Referências

- BARBALHO, A. O Sistema Nacional de Cultura no governo Dilma: avanços e continuidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais/ Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 2, n.2, pp. 188-207, 2014.
- BAUER, M; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um material prático. 9ª. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BIJOS, L. SILVA, P.A. da. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. *Revista CEJ, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013.*
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 1989. pgs. 3 – 58.
- Brasil Memória em Rede: um novo jeito de conhecer o país. Vários Colaboradores – São Paulo: Museu da Pessoa; Itajaí, SC: Editora Casa Aberta, 2010.
- Capetillo-Ponce, J. Exploring Gloria Anzaldúa's Methodology in Borderlands/La Frontera—The New Mestiza. In: *Journal of the Sociology of Human Knowledge*. , IV, SPECIAL ISSUE, SUMMER 2006, 87-94 Disponível em: <http://www.okcir.com/Articles%20IV%20Special/JorgeCapetillo-FM.pdf>
- CAILLÉ, A. Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da Dádiva. *Rev. Bras. Ci. Soc.* vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998
- CONDURÚ, M. T. Elaboração de trabalhos científicos – normas, critérios e procedimentos. Belém: NUMA. UFPA, EDUFPA, 2006.

- DUSSEL, Enrique. "Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade." In: Meneses, Maria Paula; Santos, B. S (orgs) Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009. 1 Edição. Pp. 283-336.
- FERREIRA JUNIOR, A; FIGUEIREDO, S. L. Notas Introdutórias para o estudo da vida associativa dos artesãos de Miriti: relatório de campo. Papers do NAEA n. 334. Belém: NAEA/UFPA, 2014.
- FILHO, E.T. A Constituição Cultural. In: SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Orgs.). As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Brasília: Ipea, 2011.
- FURTADO, B.A; SAKOWSKI, P.A.M; TÓVOLI, M.H. (Eds.) Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas. Brasília: Ipea, 2015.
- GOLDENBERG, M. A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- GROSGOUEL, R. Transmodernity, border thinking, and global coloniality. Disponível em: <http://www.humandee.org/spip.php?article111>. Revistas Crítica de Ciências Sociais 80 (2008).
- HAESBAERT. R. Da Desterritorialização, à Multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. p.6774 – 6792. Março. 2005.

LOUREIRO, V. R. Elementos de uma Epistemologia para as Ciências Humanas e Sociais (Texto Didático para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS). Belém: UFPA, 2011.

MARTINS, P.H. A Sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 73/ 2005. Acessado em 3/03/2015: <https://rccs.revues.org/954> .

_____. Redes Sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 401-418, Maio/Ago. 2010. Acessado em 6/04/2015: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/13.pdf>

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Vol. 2). Tradução: Conceição Jardim/ Eduardo Lucio Nogueira. 2ª Ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1978.

MIGNOLO, Walter. “Post-Occidental Reason: The Crisis of Occidentalism and the Emergenc(y)e of Border Thinking.” In: Local Histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking, Princeton: Princeton University Press, 2000. Pp. 91-126.

MIRANDA, E. A; ROCHA, E.S; EGLER, T.T.C. A Trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. Novos Cadernos do NAEA. v. 17 n. 1. p. 25-46. jun. 2014. Belém: NAEA/UFPA, 2014.

MORIN. E. La epistemología de la complejidad. Gaceta de Antropología Nº 20, 2004. Acessado em 4/09/2006: http://www.ugr.es/~pwlac/G20_02Edgar_Morin.html.

NUNES, A.F. Pontos de Cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões Macro e Micro-Políticas. Anais II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Babosa, 2011. Acessado em 2/03/2015: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Ariel-Nunes.pdf>.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina". In: La Colonialidad del Poder: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Clacso. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

RUBIM, A. A. C. (Orgs.). Políticas culturais no governo Lula. Coleção CULT. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. Políticas culturais no governo Lula. Revista Lusófona de Estudos Culturais/ Lusophone Journal of Cultural Studies. Vol. 1, n.1, pp. 224-242, 2013.

SANTINI, A. Cultura Viva e a construção de um repertório comum para as políticas culturais na América Latina. [on line], 2015. Acessado em 9/10/2015: <http://culturaviva.gov.br/2015/10/02/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/>

SANTOS, A. T. dos. África e Laranjituba em experiências associativas: um estudo sobre redes em território quilombola na Amazônia Oriental. Belém: PPGCS/UFPA, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, F.A.B. da; ABREU, L.E. (Orgs.). As Políticas Públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Brasília: Ipea, 2011.

SILVA, F. A. B. da; LABREA, V.V. (Orgs.). Linhas Gerais de um Planejamento Participativo para o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2004.

TURINO, C. Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima. 2.ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VIDAL, J. P. Metodologia Comparativa e Estudo de Caso. Papers do NAEA n. 308. Belém: NAEA/UFPA, 2013.